

# MEMÓRIA DAS DITADURAS DA ARGENTINA (1976-83) E DO CHILE (1973-90): CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS EM INSTITUIÇÕES LATINOAMERICANAS

MEMORY OF THE DICTATORSHIPS OF ARGENTINA (1976-83) AND CHILE (1973-90): CONVERGENCES AND DIVERGENCES IN LATIN AMERICAN INSTITUTIONS

**SODRÉ, João Gabriel Rabello<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-3821-1404>

**RESUMO:** Este artigo analisa instituições argentinas e chilenas dedicadas à história das ditaduras dos respectivos países. Metodologicamente, adota, seguindo o ensinamento de Peter Burke, a perspectiva de espaços de memória e museus enquanto fontes primárias de história pública, além de também incorporar revisão bibliográfica ao texto. As instituições argentinas em análise são o Sitio de la Memoria ESMA e o complexo adjacente, localizado em uma antiga escola da marinha na cidade de Buenos Aires. A localidade portenha foi utilizada para sequestro, desaparecimento, trabalhos forçados e morte de ativistas contrários à ditadura (1976-83). Em Santiago, são analisados o Museo Memoria y los Derechos Humanos, que discute diversos aspectos da ditadura chilena (1973-90), bem como a Villa Grimaldi, parque que abrigou instalações estatais clandestinas, onde houve graves violações de direitos humanos. Argumenta-se que as localidades argentinas e chilenas convergem por terem surgido no contexto da Maré Rosa, ou Pink Tide (final da década de 1990 até meados dos anos 2010), mas divergem em estratégias narrativas, bem como em termos de escolhas arquitetônicas e escopo. O artigo também traz uma discussão sobre o conceito de Maré Rosa, suas limitações, críticas da literatura acadêmica sobre este, bem como a relação das instituições em análise com a referida expressão. Conclui-se que, a despeito de entraves teóricos nos últimos anos, pode-se afirmar que tanto na Argentina quanto no Chile esses museus e memoriais são frutos do contexto da Maré Rosa, que trouxe uma maior discussão sobre direitos humanos, favorecendo a adoção de políticas públicas a eles atinentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura; Maré Rosa; Museus de Direitos Humanos.

**ABSTRACT:** This article examines Argentine and Chilean institutions that memorialize dictatorial periods in both countries. This article follows Peter Burke's notion of visual evidence as historical evidence, applying it to public history. The piece also incorporates a literature review. The Argentine institutions under analysis are the Sitio de la Memoria ESMA and the adjacent complex, located at a former navy school in the city of Buenos Aires. This Argentine site was used for the kidnapping, forced disappearance, forced labor, and death of opponents during Argentina's dictatorship (1976-83). As to Santiago, this article examines the Museo Memoria y los Derechos Humanos, which discusses various aspects concerning the Chilean dictatorship (1973-90), as well as Villa Grimaldi, a park that once hosted clandestine facilities used for human rights abuses. I argue that these facilities in both Argentina and Chile converge as they emerged in the context of the Pink Tide (roughly ranging from the end of the 1990s through the mid-2010s). However, these institutions present diverging approaches, in terms of public history narratives, architecture, and scope. This article also discusses the concept of Pink Tide, its limitations, academic critiques, and the relationship between the institutions under analysis and the alluded concept. I argue that, despite academic criticism over the past years, these museums and memorials result from the Pink Tide, which brought a greater discussion on human rights in the region, favoring the adoption of public policies in that field.

**KEYWORDS:** Dictatorship; Pink Tide; Human Rights Museums.

1 Bolsista da Georgetown University e receptor da bolsa de viagem "GradGov-GSAS Research Grant" no ano de 2022. Doutorando em História pela Georgetown University (GU). Graduado em Direito (2011) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos (2017) pela UFRJ (PPDH-UFRJ). Mestre em Estudos Globais (2019) pela Universidade da Califórnia, Santa Bárbara (UCSB). E-mail: jr1834@georgetown.edu.

## INTRODUÇÃO

Este artigo analisa instituições chilenas e argentinas que memorializam as ditaduras dos respectivos países, sendo produto de visitas a estes locais ocorridas no ano de 2022. Diferentemente do silenciamento promovido pela Lei de Anistia (1979) no Brasil (REIS, 2010), a Argentina buscou punir agentes públicos implicados em violações de direitos humanos, em que pese a transição argentina, como narrado mais adiante, tenha sido marcada por reveses. No caso chileno, por sua vez, houve a continuidade da constituição neoliberal de Pinochet, tendo sido adotadas práticas democráticas em meio à expansão de uma economia voltada para o mercado com limitações de direitos sociais e ambientais. Apesar de o Chile também ter aprovado uma lei de anistia em 1991, o Relatório Rettig trouxe à tona as variadas violações de direitos humanos ocorridas no país, tendo contribuído para a condenação de figuras como Manuel Contreras, chefe da Diretoria Nacional de Inteligência (DÁVILA, 2013, p. 176). Esses caminhos históricos distintos também se manifestam no plano material. As instituições ora examinadas revelam divergências no que diz respeito às escolhas arquitetônicas, ao escopo e às narrativas de história pública adotadas em ambos os países. Na Argentina, será analisado o espaço de memória da ESMA, antiga instalação militar que atualmente abriga diversos órgãos argentinos, incluindo-se o Sítio da Memória, antiga casa de oficiais utilizada como centro de detenção, tortura, trabalhos forçados e morte. No Chile, o artigo explora o Museu Memória e Direitos Humanos e outro espaço de memória: a Villa Grimaldi, parque que rememora graves violações ocorridas no Chile de Pinochet.

Essas três instituições representam três tipologias distintas. A ESMA, enquanto local utilizado para crimes perpetrados pela ditadura argentina, não apenas se situa como um local de história pública, no qual visitantes podem adquirir conhecimento sobre as violações de direitos humanos advindas do terrorismo estatal, como também se constitui em prova desses mesmos crimes. O museu chileno, por sua vez, foi construído com o objetivo de ser um repositório de artefatos e documentos, além de narrar histórias variadas ocorridas durante o período de exceção chileno. Além da coleção exposta, dispõe de arquivo disponível ao público, servindo como importante guardião da memória chilena do período em questão. A Villa Grimaldi, por seu turno, constitui-se em parque construído a partir da iniciativa da sociedade civil, que suplantou a estrutura de repressão um dia existente no local, a qual fora destruída antes da redemocratização chilena. Assim, a ESMA e a Villa Grimaldi podem ser incluídas no rol de “espaços de memória” ou “espaços de trauma”, que divergem, ainda que “museificados”, de instituições museológicas construídas “do zero” com um propósito

específico (VIOLI, 2012).

Conclui-se que as localidades chilenas buscam narrar a ditadura do Chile de forma ampla, tanto no que diz respeito à pluralidade de identidades dentro da sociedade daquele país (povos indígenas, mulheres, crianças, refugiados, exilados, dentre outros grupos), quanto no que diz respeito ao apoio e à oposição ao regime dentro e fora do país (movimentos sociais, jornais, imprensa alternativa, artistas, solidariedade internacional). Na Argentina, por sua vez, parece ter prioridade uma narrativa doméstica, que enfatiza o papel de movimentos sociais, de mulheres e de movimentos estudantis, mas que não coloca em primeiro plano a transnacionalidade das ditaduras latinoamericanas, tampouco analisa profundamente aspectos como indigeneidade e branquitude. Desta forma, argumenta-se que processos paralelos não necessariamente se refletem em narrativas ou opções similares quando tratamos de museus e memoriais, ainda que possamos contextualizar o surgimento de iniciativas de memorialização de acordo com a chamada “Maré Rosa”; período no qual houve a coexistência de governos de esquerda na América Latina, particularmente na América do Sul. Esse período fluiu do final da década de 1990 até meados dos anos 2010. Conforme veremos, foi justamente nesse intervalo em que as instituições argentinas e chilenas ora analisadas surgiram e se consolidaram.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS**

A análise de veículos de história pública requer a consideração de fontes visuais e arquitetônicas enquanto fontes primárias. Apesar da fixação da academia em fontes bibliográficas ou em documentação escrita primária, a visita a instituições como museus, memoriais ou espaços de memória pode também gerar uma análise acadêmica qualitativa que trate esses espaços como fontes primárias, as quais por sua vez têm papel importante na educação do público geral enquanto repositórios de história pública. Peter Burke, nesse sentido, enfatiza o uso de itens visuais enquanto fontes que tratem da história:

Tradicionalmente, historiadores referem-se a seus documentos como ‘fontes’, como se estivessem enchendo seus baldes com o córrego da Verdade, aproximando-se suas histórias da pureza na medida em que caminham em direção à nascente (BURKE, 2001, p. 16) (tradução do autor).

Burke, em sequência, questiona o império das fontes tradicionais escritas, as quais também têm suas fragilidades, a começar pelos vários intermediários que as consagraram enquanto fontes, até a própria formação do arquivo em si. Ainda que Burke refira-se primordialmente a artefatos produzidos em períodos históricos passados, podemos também

compreender as instituições ora abordadas como repositórios de história recente e que, portanto, sob a ótica da história pública, podem ser examinadas pelo acadêmico-visitante e conseqüentemente analisadas diante do seu conteúdo e das suas propostas, tendo em vista acontecimentos históricos recentes em processos de democratização na América Latina. Sendo este artigo histórico com tonalidades interdisciplinares - que enfatiza história pública - e não historiográfico, apesar de incorporar uma revisão bibliográfica, seu objetivo é descrever e analisar três tipologias distintas de instituições inseridas em processos de redemocratização latinoamericanos, trazendo-se à baila elementos acadêmicos que demonstram a pertinência do tema abordado à academia, sendo este artigo uma contribuição a uma discussão sobre memória de ditaduras em andamento. Trata-se, portanto, de artigo que mescla a análise de espaços de memória e museus enquanto fontes primárias de história pública e a revisão de bibliografia pertinente ao tema ora proposto.

## MEMÓRIA E ESPAÇO DE MEMÓRIA

A análise de espaços de memória exige uma breve discussão sobre memória enquanto categoria analítica. Como veremos a seguir, duas instituições – a ESMA (Buenos Aires) e a Villa Grimaldi (Santiago) – encaixam-se na descrição de espaços de memória. Os estudos sobre memória, por sua vez, ganharam vulto na academia francesa, particularmente na segunda metade do século XX. Como narra o historiador Jurandir Malerba, “de canteiro para escavações, as relações entre história e memória foram aos poucos se tornando elementos de reflexão teórica” (MALERBA, 2011, p. 375). Este artigo, contudo, preocupa-se com uma análise mais delimitada, relativa a espaços que servem como repositório de história pública e que encapsulam, portanto, discussões sobre a memória da ditadura. A terminologia “espaço de memória”, contudo, demanda um recorte teórico. Museus podem conter aspectos de espaços de memória, mas estes têm definição mais específica. Para Pierre Nora:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora (...) os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos (NORA, 1993, pp. 12-13).

A definição de Nora é crucial para distinguir a ESMA e a Villa Grimaldi, ambas espaços de memória, do Museu Memória e Direitos Humanos. Como afirma o acadêmico, locais de memória surgem de escombros, de restos. Diferem, portanto, de construções desenhadas para abrigar coleções e arquivos, como o museu chileno em questão. Essa diferenciação

entre espaços de memória e museus, contudo, não obsta a análise de diferentes formas de espaços de memória. Apesar de haver similaridades, a ESMA e a Villa Grimaldi são locais bastante distintos. A primeira, usada como prova judicial comprobatória de violações de direitos humanos pelo estado argentino, manteve intactas suas estruturas, sendo em si mesma um repositório de história pública. Foram a ela acrescentados objetos e textos, que dão contexto ao que pode ser visto por visitantes. A Villa Grimaldi surgiu como inovação sobre a demolição de um antigo centro de detenção e tortura. Utiliza de simbolismos nem sempre compreensíveis. Assim, espaços de memória nem sempre seguem o mesmo formato. As próximas seções analisam as particularidades de cada um desses espaços, atentando-se sempre à discussão bibliográfica pertinente.

## **ARGENTINA: SÍTIO DA MEMÓRIA E ARREDORES**

Durante a ditadura argentina, aos quais os argentinos se referem como “a última ditadura” (1976-83), milhares foram presos, torturados e mortos. Aqueles que sobreviveram contaram suas histórias, participaram em esforços de memorialização e colaboraram com a Justiça para punir os envolvidos em violações de direitos humanos. Na Argentina, um dos mais significativos movimentos da sociedade civil foi formado por mães de desaparecidos: as Mães da Praça de Maio. O coletivo em questão ganhou notoriedade ao caminhar pela área central da capital portenha com fotografias de desaparecidos, faixas e abaixo-assinados (PAULA, 2016, p. 8). Sem uma institucionalização dentro de escritórios, diretórios e afins, buscaram ocupar o espaço público, demandando justiça e democracia.

Diferentemente do Brasil, no qual a Lei de Anistia (1979) efetivamente impediu a punição de agentes implicados em crimes dessa natureza, tendo sido validada pelo Supremo Tribunal Federal (2010), a Argentina levou agentes da sua ditadura ao banco dos réus. O processo, contudo, não foi linear. Em 1983, Raul Alfonsín estabeleceu a CONADEP - Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, cujos trabalhos, em paralelo ao ativismo de direitos humanos, levou ao extenso indiciamento de agentes públicos envolvidos no aparato de repressão argentino (BRYSK, 1994, p. 680). Em 1984, o relatório *Nunca Más* trouxe fortes provas dos crimes cometidos por agentes de estado, ensejando a persecução e o julgamento de oficiais em 1985 (SIKKINK, 2008, p. 7). Esses julgamentos foram marcados por intensa cobertura pela imprensa e pela audiência dos argentinos em todo o país. Apesar dessas conquistas democráticas, significativo número de militares argentinos hostilizou o processo, provocando tumultos durante o governo Alfonsín, os quais acabaram por ensejar a adoção, em 1986 e 1987, de leis que atenuaram a persecução penal de agentes de Estado:

*Punto Final e Obediencia debida* (Ibid., pp. 9-10). Mais drástica foi a anistia conferida por Carlos Menem em 1990, que pôs em risco o processo de reparação da Argentina e que somente foi suplantada por uma nova onda de investigações e procedimentos a partir do fim da década de 1990, que culminaram com a nulidade das leis supramencionadas em 2003 e com uma decisão da Suprema Corte contrária à sua validade em 2005 (Ibid., p. 11-14). Durante todo esse período, os movimentos sociais, amparados por técnicas de investigação científica, produziram provas aptas a instruir processos judiciais. Fato este que ocorre até hoje e que tem a ESMA e seu complexo como instrumentos importantes para a elucidação de crimes da ditadura e para a reparação de vítimas sobreviventes e parentes de desaparecidos.

Nos anos 1990 e 2000, portanto, políticas de Estado na Argentina buscaram aprofundar a história pública de sua ditadura através de sítios dedicados à memória desse período de exceção. A Escola Superior de Mecânica da Marinha se encontra em tal rol. O espaço supostamente destinado a fins educativos foi utilizado como centro clandestino de detenção, tortura e trabalhos forçados. Essa antiga escola, a qual refiro-me como “Complexo ESMA”, possui muitos edifícios, com implantação de base militar, tendo deixado de pertencer às forças armadas a partir de um pacto firmado em 2004. A localidade tornou-se um grande “campus” de direitos humanos, o qual conta com diversas entidades da sociedade civil e do Estado argentino. Estas incluem instalações da defensoria pública, o Arquivo Nacional de Direitos Humanos, órgãos de pesquisa forense (para reconhecimento de materiais atinentes a pessoas desaparecidas ou retiradas de suas famílias originais), galerias de arte, espaços das Mães da Praça de Maio, dentre outras instalações. Dentre os museus, destaca-se a antiga casa de oficiais, hoje transformada no Museu Sítio da Memória e Direitos Humanos, o qual tem destaque neste artigo.

**Imagem 1:** Um corredor intacto com marcas na parede do Museu Sítio de Memória. O governo militar argentino usou a instalação para torturar oponentes, sob a fachada de uma “casa de oficiais”.



**Fonte:** Foto do autor.

Atualmente transformada no Museu Sítio da Memória, a antiga casa manteve os aspectos arquitetônicos da época, com poucas mudanças. A instituição não permite que sejam pintadas paredes ou feitas alterações substantivas nos ambientes que compõem o museu. Como narram Sergio Torres e Cecilia Brizzio, a estrutura da ESMA serviu como prova dos crimes de tortura, desaparecimento, sequestro, estupro, dentre outros delitos praticados por agentes da ditadura argentina. Nesse sentido, dissertam:

Foi necessário decretar distintas medidas cautelares com o objetivo de impedir que fossem alteradas de algum modo as estruturas essenciais, impedindo-se a construção, a destruição ou alterações substanciais dos interiores e das fachadas... todos os argumentos contra a implantação da mostra museográfica tornaram-se abstratos, uma vez que sua existência não alterou o espaço em termos de prova judicial nem impediu nenhuma medida probatória para que novas vítimas pudessem reconhecer seu lugar de sequestro (TORRES e BRIZZIO, 2021) (tradução do autor).

Esse aspecto particular do caso argentino leva o visitante a uma efetiva masmorra da ditadura. A exposição permanente é baseada em testemunhos de 1984, bem como aqueles

colhidos durante processos judiciais em 1985 e depoimentos do início da década de 2000. Documentos desclassificados também serviram como fonte para a construção do acervo permanente, ainda que sem colaboração substancial por parte de órgãos militares. Como afirma o panfleto entregue na entrada da instituição, “as Forças Armadas nunca repassaram informações do que ocorreu a cada detido ou desaparecido” (MUSEO SITIO DE LA MEMORIA ESMA, 2022). Representações desconcertantes incluem reproduções das *cuchas*, como eram chamados os espaços de confinamento para prisioneiros. Pessoas detidas eram confinadas em minúsculos espaços de 2x0,7m. Dentre as mulheres sequestradas, algumas estavam grávidas e tiveram de viver no edifício; fato este que trouxe uma outra camada de violência às detidas. Os quartos dentro da edificação também abrigam obras de arte e fotografias que parecem ativar as emoções do visitante. Nesse sentido, exaltam o que pode ser visto e o que não pode. Ou, nas palavras de Katia Rodrigues Dias e Francisca Michelon, quando dissertam sobre a ESMA:

O espaço expositivo imprime, por meio da sua visualidade, um sentimento dúbio do que se vê e do que não pode ser visto, do que é e do que era, mas foi ocultado. É (...) presentificação da ausência. E o que faz essa operação perceptiva possível é a condição contextual da fotografia, revelada em camadas de representação simbólica (RODRIGUES DIAS e MICHELON, 2019, p. 8).

O uso de estratégias para sensibilizar os visitantes, colocando-os mais próximos das experiências degradantes vivenciadas pelas vítimas, por sua vez, é comum a instituições que tratam de períodos de exceção. Nesse sentido, disserta Myrian dos Santos, em sua análise sobre o Memorial da Resistência, na cidade de São Paulo:

Técnicas são utilizadas pela Museologia com o intuito de veicular a História através dos sentidos, através do que chamam memória experiencial. Os processos comunicativos multiplicam-se para alcançar públicos diferentes, sendo capazes de sensibilizar crianças, jovens, adultos, velhos, bem como curiosos, políticos, famílias, grupos de amigos, vizinhos, especialistas e também os que tiveram relações próximas com o sofrimento perpetrado (SANTOS, 2021, p. 298).

Em abril de 2022, a exibição temporária do Museu Sítio da Memória tinha a temática de gênero e buscava centralizar depoimentos de mulheres sobreviventes. Cada espaço, do porão ao sótão, tinha televisores ou áudio, guiando os visitantes através das vozes e imagens de sobreviventes, as quais narravam suas experiências degradantes em primeira pessoa. Dentre os vários tópicos difíceis abordados pelas vítimas, havia destaque para assédio sexual, estupro, além do confinamento de mulheres grávidas. Práticas essas escondidas por oficiais que mantiveram essas mulheres em cativeiro. Muitas vítimas relataram estupro

vivenciados nas instalações da ESMA. Graciela García Romero sequestrada à luz do dia ao caminhar pelo Centro de Buenos Aires em outubro de 1976, confirmou os abusos sofridos:

Graciela foi torturada, submetida a uma execução simulada e detida em condições desumanas. Pernías lhe disse que a estavam procurando e que sabiam onde ela trabalhava como ativista política. Graciela também foi abusada sexualmente por Jorge Acosta. Em janeiro de 1977, ele a levou duas vezes para um apartamento sem eletricidade em Olleros e Libertador. Acosta carregava lençóis em uma mala de couro. Depois de estuprá-la, ele a levou de volta para a ESMA, algemando-a e algemando-a em uma divisória (CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES - CERS, s.d.) (tradução do autor).

Um espaço também discutia as repercussões internacionais durante a Copa do Mundo de 1978 (sediada pela Argentina), que deu oportunidade a uma reação às práticas da ditadura argentina e a publicização dessas em nível internacional. As ditaduras latinoamericanas utilizaram-se de eventos esportivos para tentar disfarçar seus aparatos repressivos, adotando discursos nacionalistas atrelados ao esporte. Enquanto a Argentina assistia aos jogos da Copa de 1978, visitantes de organismos internacionais percorriam o país, mormente especialistas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (MAGALHÃES, 2013, pp. 191-194). A sociedade civil organizada e exilada também buscou manifestar-se sobre as violações de direitos humanos no país, tomando como oportunidade a Copa do Mundo, fato este que ocorre até hoje. Como narra Livia Gonçalves Magalhães, a memória da vitória argentina na Copa de 1978 é suplantada por conquistas ulteriores, em razão do nacionalismo promovido à época pela ditadura argentina (MAGALHÃES, 2019). Tal fato é evidenciado na exposição permanente da ESMA, na medida em que esta torna a reafirmar a ligação entre o evento esportivo e a ditadura argentina.

Além de discutir traumas sofridos pelas vítimas, os testemunhos gravados também abordavam entraves experimentados pelas sobreviventes após sua soltura. Os vídeos exibidos eram particularmente interessantes para reflexões sobre estereótipos de gênero e outras formas de violência contra a mulher. Uma das vítimas mencionava como antigos aliados de coletivos de esquerda a criticaram, sugerindo que esta não fora brava o suficiente, como se tivesse falhado ao resistir ao regime por ter sido rendida e subsequentemente presa. Outra vítima relatou seu descrédito quando compartilhou sua experiência, na tentativa de obter justiça após graves violações. Pessoas duvidavam da sua narrativa, ampliando o trauma sofrido. Anos se passaram, de fato, para que os testemunhos fossem utilizados como meio de prova em pedidos de reparação. Ainda que a Argentina tenha logrado êxito em muitos aspectos, o trauma persiste dentre quem sobreviveu ao estado de exceção. Para

uma sobrevivente, uma pessoa não sai de uma prisão do mesmo jeito que entrou.

Se por um lado a exposição utiliza-se de obras de arte às vezes abstratas, de vãos vazios e escuros, além de outras estratégias que capturam as emoções dos visitantes, em outros momentos há uma clara exposição de nomes, vídeos e fotografias das vítimas. A identificação das vítimas que sobreviveram e das que desapareceram dá ao visitante uma dimensão humanizada do sofrimento perpetrado pelo Estado argentino. Ao discutir o uso dessa estratégia por espaços de memória que dizem respeito às vítimas da escravidão e do Holocausto, Anne Bailey enfatiza o papel desses espaços para que descendentes encontrem as histórias dos seus ancestrais. O uso dos nomes dos falecidos combate o negacionismo e impedem o apagamento de vozes de resistência na história (BAILEY, 2017, p. 165).

**Imagens 2 e 3:** Representação artística da gravidez, afirmando “como é possível que neste lugar as crianças tenham nascido?” e escultura de conjuntos de cadeiras, conectadas umas às outras, talvez emulando o sentimento de confinamento, mas também a possível ajuda mútua e solidariedade entre as pessoas detidas.



**Fonte:** Foto do Autor.

Saindo do Museu Sítio da Memória, visitantes podem percorrer os vários caminhos

dentro do “Complexo ESMA”, que levam a outros edifícios, alguns dos quais contêm galerias de arte e de história pública. Várias placas postas ao longo desses caminhos contam as histórias de argentinos desaparecidos, muitos dos quais nunca foram encontrados. Essas placas conferem uma dimensão concreta ao papel importante que exposições, serviços públicos, movimentos sociais e a advocacia em prol dos direitos humanos possuem no esclarecimento de crimes. Ainda que 2023 venha a ser o ano de comemorações do término da ditadura militar argentina, parte dos seus legados ainda devem ser esclarecidos, estando o destino de muitas das vítimas entre eles.

Dentre os vários outros edifícios do local, destaca-se a exibição permanente promovida dentro do edifício das Mães da Praça de Maio. Durante a ditadura argentina, foi corrente a prática de sequestro e separação de crianças de suas famílias biológicas. Em várias salas, são narradas as lutas das famílias durante o período ditatorial, bem como além deste. Painéis mostram as experiências reais de pessoas que conseguiram retomar laços com suas famílias originais após muitos anos. Tal processo ocorreu devido à organização de movimentos sociais, exemplificados pelas Mães da Praça de Maio, aliada à ação do Estado argentino, o qual manteve e ainda mantém serviços de ciências forenses (BRYSK, 1994). Não coincidentemente, um anexo próximo à exposição das Mães da Praça de Maio alberga o Time Argentino de Antropologia Forense - EAAF, bem como o Centro Internacional de Treinamento em Ciências Forenses, ambos os quais fazem parte da Iniciativa Latinoamericana para Identificação de Pessoas Desaparecidas. A ação de movimentos sociais não se encerrou com o término da ditadura, também tendo papel importante na resolução de crimes do período da ditadura e na restauração de vínculos familiares rompidos durante períodos de exceção.

**Imagens 4 e 5:** Parte da exposição no edifício das Mães da Praça de Maio e prédio adjacente que abriga instalações forenses.



Fonte: Fotos do Autor.

Ainda que tenham escopo definido, localização de fácil acesso e linguagem ampla, que atende a diferentes idades, as instituições ora discutidas possuem algumas limitações. Apesar de haver espaço considerável para questões de gênero, há pouco debate sobre aspectos transnacionais, que conectam as ditaduras latinoamericanas, como o apoio dos Estados Unidos aos golpes militares na região, o intercâmbio de práticas e informações entre governos ditatoriais, além de políticas adotadas na região num contexto de justiça de transição. Também há escassas referências a questões de raça e etnia, como a situação de pessoas indígenas na Argentina, país esse que é mundialmente conhecido por ter passado por um processo de embranquecimento através da imigração em massa da Europa. Processo tal que também englobou outros países da região, com o Brasil, mas que na Argentina tomou dimensões demográficas muito substanciais. Cediço é que os povos indígenas na Argentina também sofreram com a ditadura (BARBOSA e FARIAS, 2019, pp. 531-532). Assim, sua ausência de discussões mais profundas na ESMA tem relevo.

## VILLA GRIMALDI, SANTIAGO, CHILE

Enquanto a ESMA corresponde à transformação de um equipamento clandestino de opressão em um repositório de história pública aberto ao público geral, a Villa Grimaldi representa um outro tipo de espaço de memória. Em uma região pouco turística de Santiago, a localidade funcionou como restaurante em meados do século XX, tendo sido ocupada pela ditadura chilena entre 1973 e 1978, mais especificamente pela Diretoria Nacional de Inteligência. Foi um espaço de sequestros, tortura e desaparecimento. Faz parte do que

Martín Epstein (2010) denomina mecanismo de desaparecimento contínuo, o qual tinha o duplo objetivo de ferir a vítima e de ocultar o crime em si:

Este mecanismo sistemático e massivo de sequestros, detenções clandestinas e desaparecimento distingue este regime de experiências anteriores, tanto no país, quanto na região. Em particular, a adoção dos desaparecimentos forçados tinha como objetivo central ocultar dos olhos da sociedade o assassinato e desta forma terminar com o inimigo rapidamente (...) o desaparecimento de pessoas tinha como objetivo não apenas desaparecer a vítima, como também ocultar o próprio ato de repressão (EPSTEIN, 2010).

Diferentemente da ESMA, a sociedade civil chilena não teve meios de reaproveitar as estruturas de repressão da Villa Grimaldi em razão da demolição destas ainda durante a ditadura. Com a exceção de algumas estruturas reconstruídas, optou-se por criar um parque, com inúmeros jardins e nomes das vítimas. O memorial estima que 4.500 pessoas por ali passaram até sua desativação no final da década de 1980 (VILLA GRIMALDI, 2022). Nos anos 1990, as investigações sobre violações de direitos humanos por Pinochet revelaram o real uso do local, motivando sua conversão em um espaço de memória. A verdade sobre o uso do local emergiu após o fim da ditadura chilena. Comparando a Villa a um campo de concentração, Graham Holton e Robert Austin alegam que esta foi um dos dois lugares mais mortais dos anos de Pinochet (HOLTON e AUSTIN, 2007, p. 312).

O parque abriu suas portas em 1997, lembrando os mortos e desaparecidos, bem como os sobreviventes da ditadura. Com a exceção da reconstrução de uma torre de vigia, uma cela e uma caixa metálica na qual há artefatos relativos ao arremesso de corpos ao mar, a Villa Grimaldi é majoritariamente composta por jardins, esculturas e placas, promovendo uma experiência sensorial aos visitantes. De fato, a estrutura mais explícita e contundente é a referida caixa metálica, que rememora as mortes da Baía de Quintero, mundialmente conhecidas em razão da ocultação de corpos sob as águas, promovida por Pinochet. Objetos como roupas, cordas e outros objetos retirados do mar encontram-se exibidos dentro da estrutura. Tais objetos pessoais estão pouco trabalhados, grudados a outros materiais subaquáticos, gerando uma discussão sobre a dificuldade de recuperação da memória em períodos pós-ditatoriais. Quanto aos sobreviventes, a supramencionada torre de vigia foi reconstruída a partir de testemunhos destes.

A prevalência de agradáveis jardins em detrimento de masmorras e de uma narrativa mais explícita da violência de Estado sob a égide de Pinochet provocou críticas vindas da sociedade civil e da academia. Para Patrizia Violi (2012), os “visitantes encontram um agradável porém inespecífico jardim, sem quaisquer caminhos particulares ou direções

específicas que os ajudem a ‘ler’ o lugar” (VIOLI, 2012, p. 59) (tradução do autor). Afirma ainda a especialista em semiótica que “poucas informações concretas são fornecidas para contextualizar tanto a narrativa quanto a história do local” (Ibidem). Em linha similar, Estela Schindel (2009) afirma que os os elementos suaves do parque contrastam com a violência do local de forma paradoxal:

A mensagem de reconciliação e redenção proposta pelo projeto, porém, mantém uma relação paradoxal com a história de crimes atrozes que o site quer “testemunhar”. Assim, a fonte de água cristalina pretende sugerir que a continuidade da vida está em tensão com a poça de água doce que então servia para torturar e assassinar prisioneiros, enquanto a vegetação bem cuidada convive com restos de arames de pontas, como se registrasse que apesar da intenção pacificadora, o terror do passado continua se projetando no presente (SCHINDEL, 2009, pp. 73-74) (tradução do autor).

Ambas Schindel e Violi reportam-se à obra de Nelly Richard, o qual enfatiza o processo de “esquecimento” no espaço urbano chileno, com a conversão de edifícios da ditadura em prédios públicos e a manutenção de uma lógica neoliberal concretizada pelos modernos edifícios de Santiago (RICHARD, 2009, pp. 175-176). A Villa Grimaldi e seus espaços vazios, nesse bojo, representaria “uma linguagem da perda num contexto totalmente orientado aos ganhos prometidos por uma economia voltada ao lucro extravagante” (Ibidem) (tradução do autor). Acresce-se a essa perspectiva a análise de Sergio Rojas (2004). Para este, o espaço em questão não é desprendido da teleologia do Estado chileno democratizado. Para este, “o slogan chileno de recuperação e normalização de uma ordem democrática buscou exorcizar o fantasma de múltiplas fissuras e deslocamentos de símbolos produzidos durante a ditadura” (ROJAS, 2004, p. 16). Dessa forma, o Estado chileno teria evitado controvérsias, buscando uma “diversidade não contraditória” (Ibidem).

De fato, se pensarmos na Villa Grimaldi e sua modesta análise da violência perpetrada por Pinochet, talvez ofuscada pela beleza inocente dos jardins que compõem o parque, as falas de Richard, Rojas, Schindel e Violi são verossímeis. Tal discussão parece também encontrar conexão com o que Michel Taussig denomina “segredo público”, articulado por André Mesquita em sua análise acerca das ditaduras latinoamericanas:

Como aponta o antropólogo Michael Taussig, o “segredo público” é aquilo que é conhecido socialmente, mas por algum motivo não pode ser articulado. “Onde há poder”, escreve Taussig, “há segredo, não apenas o segredo que está no centro do poder, mas também o segredo público” (...) O exercício da politização e socialização da memória – que pulsa entre a lembrança e o esquecimento – e a valorização das histórias obscuras ou silenciadas pelo trauma, ajudam a questionar narrativas oficiais que se pretendem imunes a revisões e contradições (MESQUITA, 2015, pp. 20-21).

Talvez exatamente em razão dessa modesta narrativa do parque, o Estado chileno tenha mais recentemente e na década seguinte à publicação do trabalho de Rojas (2004), construído um museu, em edifício especialmente projetado para abrigá-lo, no qual há uma narrativa mais contundente contra a ditadura do país. Diferentemente de espaços de memória como a ESMA e a Villa Grimaldi, o Museu Memória e Direitos Humanos tem destaque na paisagem de Santiago, é facilmente acessado pelo metrô, tem tamanho vultoso e exposição permanente igualmente extensa, além de cobrir detalhadamente as várias dimensões da ditadura chilena. Assim, complementa o aparente vazio narrativo da Villa Grimaldi, cumprindo a função de propagador da história pública da ditadura.

A despeito das críticas acima traçadas, a Villa Grimaldi também pode ser compreendida como espaço em mutação, inaugurado mais de uma década antes do Museu Memória e Direitos Humanos. Marc Berdet (2020) concorda com a crítica à falta de informações até mesmo sobre a procedência de alguns materiais utilizados na Villa, como as várias peças em cerâmica que formam diversas esculturas no parque. Estas simbolizam os fragmentos que os prisioneiros obtinham da realidade ao seu redor (BERDET, 2020, p. 297). Presos e impossibilitados de ter ciência sobre todos os acontecimentos, juntavam pedaços de um quebra-cabeças. Apesar de relevante tal simbolismo, visitantes não são bem informados sobre este. Para Berdet (2020), contudo, o layout do parque não deve desmerecê-lo enquanto lugar de memória, mas sim ser compreendido como um espaço em que o trauma coletivo é endereçado de forma menos convencional. Argumenta o autor que diferentemente da noção freudiana de que o trauma deve ser trabalhado a partir do evento traumático, levando-se o inconsciente ao consciente (reconciliação), processo diverso ocorre na Villa Grimaldi:

O Parque pela Paz, ao contrário, não começa com o trauma para ir até a reconciliação, mas começa com uma reconciliação e mesmo uma redenção para, ao longo da sua história como parque, integrar aos poucos, dentro do seu espaço, os elementos subversivos dessa narrativa (BERDET, 2020, p. 294).

Assim, o público é exposto aos jardins reconciliadores e aos poucos vai compreendendo os elementos traumáticos, notadamente refletidos na torre de vigilância e na estrutura cúbica na qual visitantes podem observar objetos que pertenciam a pessoas cujos corpos foram jogados ao mar. Diferentemente, na ESMA o público é imediatamente exposto ao trauma da ditadura argentina, incorporado pelas paredes da antiga instalação militar, pelos espaços de confinamento, por objetos artísticos, vídeos, fotografias e textos.

Além de propor uma reavaliação da Villa Grimaldi, Berdet também busca historicizar esse espaço de memória, lembrando-nos do papel de ex-presos políticos e da sociedade civil em geral no processo de construção do parque e na operação de visitas guiadas. Afirma Berdet (2020):

As visitas guiadas ao parque, conduzidas por ex-presos políticos, testemunham pedagogias opostas da memória – que chamamos aqui de “stanislavskiana” e de “brechtiana” –, cristalizadas não somente no discurso dos guias, mas também na encenação do espaço (...) Pedro Alejandro Matta foi, durante muito tempo, um dos guias mais destacados da Villa Grimaldi, a tal ponto que a sua visita, feita em inglês e efetivamente impressionante, foi divulgada internacionalmente, publicada em uma brochura, filmada pela televisão e citada em vários textos científicos (Lazzara, 2003 e 2006, pp. 129-153; Read e Wyndham, 2016; Taylor, 2009; Meade, 2001). É, em parte, graças a esse ex-prisioneiro que foi possível reconstruir o espaço (BERDET, 2020, pp. 292-299).

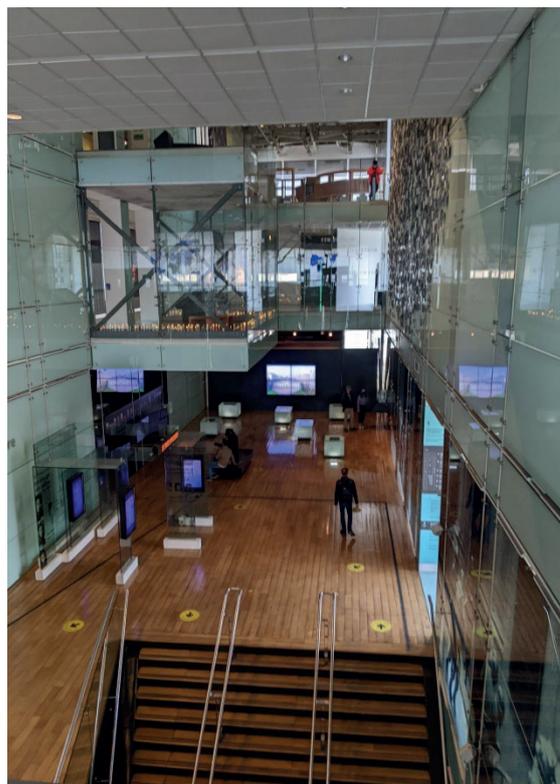
Pela perspectiva de Berdet (2020), podemos compreender a Villa Grimaldi como um parque com limitações narrativas, mas também como um local de memória filiado a uma noção distinta de trauma coletivo, que buscou memorializar a ditadura chilena de forma original. Não só complementa sua narrativa o Museu Memória e Direitos Humanos, a ser abordado a seguir, como também o fato de as visitas guiadas serem usualmente realizadas por vítimas do regime de Pinochet. A performance desses guias traz à tona elementos deixados de lado pelo layout majoritariamente reconciliador do lugar.

## **MUSEU MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS, SANTIAGO, CHILE**

O Museu Memória e Direitos Humanos, que se destaca na paisagem com sua arquitetura e um jardim com esculturas, começou a ser construído durante o mandato da então presidente Michelle Bachelet, em 2007, tendo sido inaugurado em 2010. No período, a América Latina passava pela chamada *pink tide* (“maré rosa”), ou uma convergência de governos à esquerda, mais (Argentina, Brasil, Chile) ou menos moderados (Bolívia, Equador, Venezuela). A expressão tem sido criticada, em razão das suas limitações e do efetivo término de mandatos, que por sua vez deram espaço ao populismo de direita nos últimos anos na região latinoamericana (PLEHWE e FISCHER, 2019). Contudo, esta é útil quando pensamos em políticas públicas, uma vez que houve processos paralelos de reparação e discussão sobre ditaduras na região. Não surpreendentemente, os casos ora discutidos surgiram precisamente no contexto da *Pink Tide*. No caso chileno, ainda durante a construção do museu, a instituição recebeu doações para a formação de um arquivo sobre violações de direitos humanos. Bachelet, na abertura do museu, afirmou: “A inauguração deste museu

é um sinal poderoso de um país vigorosamente unido. Uma união que é enraizada num compromisso de nunca retornar-se a uma tragédia como esta, da qual neste lugar sempre lembraremos” (BACHELET, 2010).

**Imagens 6 e 7:** A arquitetura ousada do Museu de Memória e Direitos Humanos de Santiago, que se estende por diferentes andares e também abriga um arquivo aberto para consulta.



**Fonte:** Fotos do autor.

O museu abriga uma coleção permanente, a qual leva a audiência a uma jornada através das várias facetas da ditadura chilena. O golpe militar de 1973 contra o governo de Salvador Allende é o ponto de partida, com fontes audiovisuais e documentais, as quais narram os eventos do dia, além de enfatizarem o apoio dos Estados Unidos à derrubada de um governo democrático. As salas seguintes contêm testemunhos de sobreviventes, neste ponto lembrando a instituição argentina. Diferentemente desta, contudo, o museu chileno contém amplo acervo de objetos produzidos por pessoas encarceradas, como materiais têxteis, desenhos, objetos pessoais e outros artefatos. Tem destaque uma seção sobre o impacto da ditadura chilena nas crianças, muitas das quais viram seus pais desaparecerem.

A inclusão de desenhos feitos por essas crianças propõe uma outra camada de reflexão aos visitantes, levando-os a refletir sobre traumas e suas consequências intergeracionais. Além desses aspectos humanos profundos, o museu também alberga materiais sobre a reação internacional e doméstica à ditadura chilena, incluindo-se aí ações por parte de movimentos sociais, reuniões de manifestantes fora do Chile, bem como o acolhimento de refugiados ao redor do mundo. Muitos itens fazem referência aos impactos da ditadura chilena sobre povos indígenas; questão sobre a qual o museu argentino pouco se debruça. Apesar de enfatizar questões de gênero, atuação sindical, bem como o papel de movimentos estudantis, o museu portenho não tem a mesma amplitude que a instituição chilena. Em outras palavras, o museu em questão é mais abrangente que a Villa Grimaldi (também em Santiago) e a ESMA (Buenos Aires), tanto em assuntos domésticos quanto internacionais, tocando em diversas identidades, incluindo a contenciosa relação do Estado chileno com a indigeneidade. Também se difere, como dito anteriormente, por tratar-se de repositório de documentos e artefatos produzidos durante a ditadura chilena ou que têm relação com o processo de democratização do Chile, inclusive no que diz respeito à elaboração de uma nova constituição que desprenda o sistema constitucional chileno da era Pinochet.

### **DIVERGÊNCIAS: ARQUITETURA, ESCOPO E NARRATIVA**

Um ponto inicial de divergência entre os casos em análise, da Argentina e do Chile, diz respeito à arquitetura. O Complexo ESMA argentino abarca diversas questões de direitos humanos através de diversas instituições, sendo uma delas um museu específico sobre a temática de desaparecimento, aprisionamento, trabalhos forçados e morte (Sítio da Memória), mantendo sua vocação como fonte de história pública, mas também como prova de processos judiciais em andamento e de processos de reparação histórica ainda não concluídos.

Se no caso do aparelho repressor argentino houve a manutenção de marcas nas paredes e outros traços no intuito de manter a estrutura com aparência similar àquela do período ditatorial e auxiliar processos judiciais sobre violações de direitos, no Chile optou-se por construir uma nova edificação, enquanto outra localidade - Villa Grimaldi - foi transformada em um parque, diante da demolição de estruturas de repressão ainda durante a ditadura. Talvez a ênfase em uma arquitetura do presente tenha forte relação com discussões na seara política chilena. Como aponta a última sala do museu chileno, o país discute uma nova constituição. A ditadura chilena produziu uma constituição em 1980 que, apesar de subsequentes emendas, ainda vigora no país. Seu caráter ditatorial impõe poucos direitos

sociais e limitadas provisões úteis aos povos indígenas. Como afirma a acadêmica chilena Javiera Barandiarán ao discutir a permissividade do ordenamento jurídico do Chile com práticas de mercado danosas à sociedade, a ênfase no presente mantida no período pós-ditatorial guarda próxima ligação com o neoliberalismo daquele país:

Os Estados neoliberais não apenas adotam políticas de livre comércio, mas também consideram o mercado como a única maneira legítima de organizar a atividade humana, incluindo talvez a atividade mais importante de todas: como nós, como sociedade, produzimos conhecimento e decidimos juntos o que é verdade e o que não é (BARANDIARÁN, 2018, p. 192) (tradução do autor).

Assim, a arquitetura do presente observada no caso Grimaldi aponta para este de forma veemente, sugerindo um novo Chile, que por sua vez também depende de mudanças estruturais profundas. Contudo, o Museu Memória e Direitos Humanos, inaugurado mais de uma década após o surgimento da Villa Grimaldi enquanto parque-memorial, rompe tal tradição, ao endereçar os horrores da ditadura de forma extensa, também servindo de repositório para documentos e artefatos a ela atinentes.

Outro ponto de divergência entre os casos argentino e chileno diz respeito à contextualização global. No Chile, há muitas referências sobre as repercussões da ditadura fora do país, tanto no que diz respeito ao seu apoio (Estados Unidos, por exemplo) quanto a críticas a esta (movimentos sociais na França, na Alemanha, no México, dentre outros locais). Quanto ao apoio, o museu chileno exhibe diversos documentos de inteligência dos EUA atualmente desclassificados, que sugerem um monitoramento da ditadura chilena durante todo o seu curso e não apenas no golpe de 1973. Quanto à imprensa internacional, a instituição chilena exhibe apoio e condenação por parte de veículos estrangeiros, inclusive brasileiros. Já no caso argentino, as referências internacionais são mais tímidas.

**Imagens 8 e 9:** O *layout* da Villa Grimaldi do Chile prioriza nomes e esculturas, em detrimento de uma exposição mais concreta com um caminho predeterminado para os visitantes. Poucas estruturas são uma exceção a isso.



**Fonte:** Fotos do Autor.

**Imagens 10 e 11:** Reconstruções de aparelhos repressivos.



**Fonte:** Fotos do Autor.

Quanto a possíveis comparações entre o parque Villa Grimaldi (Chile) e o Complexo ESMA (Argentina), há ao menos dois pontos de distinção. O parque chileno não tem a

estrutura de um museu propriamente dito, tampouco alberga órgãos de Estado. Além disso, opera como um “sítio não oficial de atrocidades nacionais” (GÓMEZ-BARRIS, 2010), recebendo apoio de órgãos de patrimônio chileno, estando, contudo, mais distante de políticas públicas atuais; papel este que o Museu Memória e Direitos Humanos ocupa. Além disso, como anteriormente afirmado, o parque utiliza-se majoritariamente de elementos artísticos de forma geral abstratos, operando no território simbólico e dando ênfase aos nomes de vítimas. Diferentemente, o Complexo ESMA é composto por várias instituições, inclusive galerias de arte, adotando perspectivas variadas sobre a ditadura argentina. Perspectivas tais, contudo, como revela o Museu Sítio da Memória, menos abrangentes que o Museu Memória e Direitos Humanos de Santiago, o qual oferta uma visão identitária mais ampla, bem como mais transnacional, sobre os eventos dos anos de Pinochet.

### **CONVERGÊNCIA: MARÉ ROSA?**

A despeito de divergências ora narradas, podemos discutir o surgimento de iniciativas e espaços de memória no contexto da emergência da chamada “Maré Rosa”. A abordagem bibliográfica que ora utilizamos é essencialmente interdisciplinar. Não apenas pela interdisciplinaridade do tema em si, mas pela aceitação da expressão “Maré Rosa” em diversos campos do conhecimento. Desta feita, as citações a seguir, a despeito de serem oriundas de abordagens diferentes sobre o tema, parecem convergir para uma conceituação similar, ou seja, da expressão enquanto terminologia aplicada aos governos à esquerda na América Latina nas últimas duas décadas, aproximadamente.

A expressão ganhou popularidade em anos recentes, tendo gerado longos debates acadêmicos sobre sua origem, que de forma geral está ligada a três pontos principais: o fortalecimento de democracias latino-americanas, a adesão de agremiações de esquerda a estratégias eleitorais, mesmo por grupos críticos a regras do sistema, bem como a uma resposta a políticas mais à direita adotadas nos anos 1990 e parte da década de 2000 (JÚNIOR, 2017). Quanto ao primeiro ponto, surgimento de vários governos comprometidos com pautas sociais na região, fenômeno representado pela expressão, a despeito de instabilidades políticas recentes em alguns desses países, pôs em dúvida a ideia de que países com história recente instável seriam incapazes de diminuir disparidades sociais através de vias democráticas típicas de democracias liberais (CUNHA e ARAÚJO, 2014). No que diz respeito ao segundo ponto, a ascensão de governos de esquerda na região foi marcada, em alguns casos, pela adoção de estratégias como a coligação ou a associação a entes políticos muitas vezes divergentes (alianças com setores evangélicos,

com partidos fisiológicos, etc.). Quanto ao terceiro ponto, políticas desestatizantes e mais voltadas a questões de mercado adotadas em diversos países da região não puseram fim a desigualdades históricas e estruturais, tendo a América Latina continuado a sofrer com altos índices de pobreza; situação esta que serviu de estímulo ao surgimento da referida Maré (SIROHI e BHUPATIRAJU, 2021, pp. 18-21). A terminologia, portanto, ganhou espaços acadêmicos, tornando-se amplamente utilizada.

Contudo, em anos recentes, em especial com a ascensão de governos populistas na região, mais bem representada pela eleição de Jair Bolsonaro no Brasil (2018), a literatura tem enfatizado o declínio da Maré Rosa. Em que pese os governos da *Pink Tide* tenham efetivamente diminuído a pobreza na região, além de terem adotado políticas públicas para comunidades negras e indígenas, bem como para pessoas LGBTQIA+ e mulheres, conflitos sociais persistiram ou até mesmo agravaram-se. Na região amazônica, disputas envolvendo mineração (lícita e ilícita) e direitos de povos indígenas continuam a ocorrer. Em verdade, houve crescimento, de forma geral, em investimentos em mineração, ao lado de uma complicação de conflitos rurais e florestais (RIOFRANCOS, 2020, 164-183). Por conseguinte, a análise do declínio da Maré também engloba uma crítica às políticas ambientais adotadas no período (AUSTIN, 2016; BURBACH, FOX e FUENTES, 2013, pp. 38-47). Estudiosas feministas, apesar de reconhecerem o progresso na representação feminina, na expansão de direitos (inclusive regramentos sobre violência doméstica), dentre outros aspectos, também criticam a limitação da Maré Rosa no que diz respeito aos direitos reprodutivos, a questões de raça e etnia, bem como à influência de organizações religiosas sobre pautas das mulheres (BLOFIELD et al, 2017, p. 362). No âmbito LGBTQIA+, acadêmicos discutem os entraves legais que ainda existem, além da ampla discriminação a pessoas da comunidade, particularmente travestis e transexuais (JARRÍN, 2021). Não obstante tais limitações, também houve graus diferentes de avanço dessas pautas dependendo do país sob análise, não tendo a Maré Rosa sido, de forma alguma, homogênea (BALLESTRIN, 2020, p. 9). Com os resultados eleitorais mais recentes, também se discutiu o desejo, por parte de parcelas de sociedades latinoamericanas, ao retorno ao status quo pré-Maré Rosa, sob o amparo de ideologias populistas (JUNGE, 2019). Por outro lado, a literatura também tem enfatizado novas formas de reação a desigualdades e de busca por melhorias. Macarena Gómez-Barris (2018) sugere pensarmos para “além da Maré Rosa”, dando destaque a formas de articulação e oposição a desigualdades da região que já existiam durante a tal fase e que continuam presentes na América Latina. Paul Amar (2018) sugere que tem surgido uma articulação “pós-Maré Rosa”, a qual engloba discussões identitárias mais profundas, unidas

contra o populismo de viés autoritário que marcou a década de 2010 na região.

A despeito de discussões sobre o término da Maré Rosa e das limitações do conceito, fato é que as instituições ora analisadas surgiram no contexto do fenômeno. Ainda que cronologicamente limitado ou limitável, este contribuiu para a ampliação de discussões sobre direitos humanos, inclusão social, identidades, dentre outras questões, bem como para a adoção de políticas públicas atinentes à reparação das violações ocorridas nas ditaduras da região. Em outras palavras, finda ou não a Maré Rosa, esta continua a surtir efeitos. Particularmente no caso do Chile, a questão ganha outros contornos. Após a redemocratização do país, houve a adoção de políticas públicas para povos indígenas (ainda nos anos 1990), ainda que estruturalmente o país tenha continuado a seguir o modelo econômico e administrativo adotado nos anos de Pinochet. Com aproximadamente 13% da população identificando-se como indígena, a legislação adotada na década de 1990 foi bem-vinda, mas não cessou os obstáculos sofridos por essa parcela dos chilenos, que vem, desde então, lutando contra a expansão de sistemas de hidrelétricas e da mineração (CABRERA, 2021). Pode-se afirmar, portanto, que em que pese tenha trazido melhorias no âmbito jurídico, a democratização chilena manteve aspectos do período de Pinochet, também sinalizando uma certa continuidade. A existência de uma constituição vigente do período exemplifica tal questão. Assim, as instituições chilenas que memorializam a ditadura apresentam um duplo papel: o de narrar eventos ocorridos à época, mas também o de apontar para a necessidade de mudanças concretas. Não surpreendentemente, a exposição permanente do Museu Memória e Direitos Humanos (Santiago) termina com um chamado para uma nova constituição, dando especial ênfase aos povos indígenas do Chile.

## CONCLUSÃO

Este artigo iluminou aspectos atinentes a instituições argentinas e chilenas que buscam discutir as ditaduras dos respectivos países, sob uma agenda de direitos humanos. Ainda que tenham surgido no contexto da chamada Maré Rosa, ou a convergência de vários governos latinoamericanos à esquerda, as localidades analisadas divergem, notadamente em termos narrativos, arquitetônicos e de conteúdo/escopo.

Na Argentina, optou-se por manter marcas e referências da época, enquadrando-se a discussão num período histórico delimitado, ainda que haja, também, ênfase em esforços pós-redemocratização, notadamente aqueles relativos à justiça de transição e à resolução de desaparecimentos ou alienações de crianças. No Chile, um museu com arquitetura contemporânea chama a atenção dos moradores e visitantes, trazendo uma discussão que

combina passado e presente. Discute-se várias facetas da ditadura de Pinochet, enfatizando-se uma pluralidade de identidades, inclusive aquelas atinentes aos povos indígenas, que demandam maior representatividade e proteção até a data de hoje. Além disso, o Museu Memória e Direitos Humanos de Santiago também dá especial atenção às repercussões globais da ditadura chilena, enfatizando colaborações estadunidenses e brasileiras em prol de Pinochet, bem como a solidariedade contra o regime, emanada por ativistas ao redor do mundo. A Villa Grimaldi, antigo local utilizado para violações de direitos humanos em Santiago, complementa o referido museu, tendo algumas semelhanças com a instituição argentina, apesar de utilizar recursos mais simbólicos para retratar o período ditatorial.

A despeito de eventuais divergências, argumentamos que os casos argentino e chileno têm íntima relação com o surgimento da *Maré Rosa*. Em que pese a literatura tenha discutido o declínio de tal fase da história recente latinoamericana, há evidências de que realmente houve um momento, ainda que limitado, de avanço de pautas de direitos humanos, as quais foram instrumentalizadas através de políticas públicas, incluindo-se a construção ou expansão de sítios de memória e direitos humanos. Desta feita, ainda que o conceito possa estar ultrapassado diante de dinâmicas contemporâneas, a expressão é útil para uma análise da América Latina nos anos 2000 e 2010, havendo evidência de paralelismos entre países nessas décadas, incluindo-se aí políticas de direitos humanos.

## BIBLIOGRAFIA

AMAR, Paul. Military Capitalism: In Egypt and Brazil, the Foundations of a Terrifying New 'Para-Populism' Are Taking Shape at the Intersection of International Finance, Mega-Construction, and Military Rule." *NACLA Report on the Americas*, v. 50, n. 1, p. 82–89, 2018.

AUSTIN, Robert. Pink Tide, Muddy Waters: Whither 21st Century Socialism? *Tensões Mundiais*, v. 12, n. 23, p. 49–72, 2016.

BACHELET, Michelle. Discurso de S.E. La Presidenta de La República, Michelle Bachelet, en Inauguración del Museo de La Memoria y los Derechos Humanos. Disponível em: <<https://web.museodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2022/05/discurso-presidenta.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BAILEY, Anne C. *The Weeping Time: Memory and the Largest Slave Auction in American History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 3, p. 1–14, 2020.

BARANDIARÁN, Javiera. *Science and environment in Chile: the politics of expert advice in a neoliberal democracy*. Cambridge: The MIT Press, 2018.

BERDET, Marc. Como elaborar um passado traumático? *Tempo Social*, v. 32, n. 1, p. 291–

318, 15 abr. 2020.

BLOFIELD, Merike; EWIG, Christina; PISCOPO, Jennifer M. The Reactive Left: Gender Equality and the Latin American Pink Tide. *Social Politics*, v. 24, n. 4, p. 345–369, 2017.

BRYSK, Alison. The Politics of Measurement: The Contested Count of the Disappeared in Argentina. *Human Rights Quarterly*, v. 16, n. 4, p. 676–692, 1994.

BURBACH, Roger; FOX, Michael; FUENTES, Federico. *Latin America's Turbulent Transitions: The Future of Twenty-First Century Socialism*. Londres e Nova York: Zed Books, 2013.

BURKE, Peter. *Eyewitnessing : the uses of images as historical evidence*. Londres: Reaktion Books, 2001.

CABRERA, Francisca de la Maza. The neoliberal state and post-transition democracy in Chile: local public action and indigenous political demands. In: GOLD, Marina; ZAGATO, Alessandro (Orgs.). *After the Pink Tide: Corporate State Formation and New Egalitarianisms in Latin America*. Nova York: Berghahn Books, 2020, p. 111–129.

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES – CERS. *Graciela: vivir para contarlo. Megacausa ESMA: el juicio*. Disponível em: <https://www.cels.org.ar/especiales/megacausaesma/#pagina-ejemplo>. Acessado em: 14 nov. 2022.

CUNHA, Lucas; ARAÚJO, Victor. Sistemas políticos na América do Sul no contexto da “Maré Rosa”: democracia, estabilidade e governança no século XXI. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 5, n. 2, p. 59–85, 2014.

DÁVILA, Jerry. *Dictatorship in South America*. Chichester, Reino Unido: Wiley-Blackwell, 2013.

EPSTEIN, Martín. La ESMA como símbolo de la lucha por la memoria. In: *Objeto de conferencia, VI Jornadas de Sociología de la UNLP*. La Plata, Argentina: 2010, p. 1–17. Disponível em: [http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/106665/Documento\\_completo.5049.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/106665/Documento_completo.5049.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 14 nov. 2022.

GÓMEZ-BARRIS, Macarena. *Beyond the Pink Tide: Art and Political Undercurrents in the Americas*. Oakland, California: University of California Press, 2018. (American Studies Now).

\_\_\_\_\_. Witness Citizenship: The Place of Villa Grimaldi in Chilean Memory. *Sociological Forum*, v. 25, n. 1, p. 27–46, 2010.

JARRÍN, Alvaro. Disgust and Defiance: The Visceral Politics of Trans and Travesti Activism amid a Heteronormative Backlash. In: JUNGE, Benjamin; MITCHELL, Sean T.; JARRÍN, ALVARO; *et al* (Orgs.). *Precarious Democracy: Ethnographies of Hope, Despair, and Resistance in Brazil*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2021, p. 206–17.

JUNGE, Benjamin. “Our Brazil Has Become a Mess”: Nostalgic Narratives of Disorder and Disinterest as a “Once-Rising Poor” Family from Recife, Brazil, Anticipates the 2018 Elections. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, v. 24, n. 4, p. 914–931, 2019.

JÚNIOR, Wanderley dos Reis Nascimento. *A amplitude da Maré Rosa: uma análise das experiências de governo no Brasil, Chile e Uruguai*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/1694/DISSERTA%20c3%87%20c3%83O%20WANDERLEY%20DEPOSITADA%20OK.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jun. 2022.

HOLTON, G.; AUSTIN, R. Houve um holocausto chileno? Campos de concentração, genocídio político e ditadura Pinochet. *Tensões Mundiais*, v. 3, n. 4, 2007.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Copa do Mundo da ditadura ou da resistência? Comemorações e disputas de memórias sobre a Argentina de 1978. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 32, n. 68, p. 675–694, dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina. Tese de Doutorado—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/257>. Acesso em: 14 nov. 2022.

MALERBA, Jurandir. Exercício de memória: interfaces com a história e a historiografia. *História Revista*, v. 15, n. 2, p. 373–391, 2011.

MESQUITA, André. *Esperar não é saber: a arte entre o silêncio e a evidência*. São Paulo: Edição do Autor com apoio da Funarte, 2015.

MUSEO SITIO DE MEMORIA ESMA. Memoria, Verdad y Justicia.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v. 19, p. 7–28, 1993.

PAULA, Adriana das Graças de. *Os Movimentos de Mulheres na Ditadura: uma análise sobre as Mães da Praça de Maio (Argentina) e o Movimento Feminino pela Anistia (Brasil)*. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. **Anais...** Em: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: [https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/PAULA\\_II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf](https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/PAULA_II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf). Acesso em: 15 nov. 2022.

PLEHWE, Dieter; FISCHER, Karin. Continuity and Variety of Neoliberalism: Reconsidering Latin America's Pink Tide. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 13, n. 2, p. 166–202, 2019.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, v. 23, n. 45, p. 171–186, 2010.

RICHARD, Nelly. Sites of Memory, Emptying Remembrance. In: LAZZARA, M. J.; UNRUH, V. (Eds.). *Telling Ruins in Latin America*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 175–182.

RIOFRANCOS, Thea. *Resource Radicals: From Petro-Nationalism to Post-Extractivism in Ecuador*. Durham: Duke University Press, 2020. Disponível em: <http://read.dukeupress.edu/books/book/2766/Resource-RadicalsFrom-PetroNationalism-to>. Acesso em 20 jun. 2022.

RODRIGUES DIAS, Katia Helena; MICHELON, Francisca Ferreira. Retratos de desaparecidos no Espaço de Memória e Direitos Humanos (ESMA), Argentina. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 5, 2019. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1085/839>. Acesso em 14 nov. 2022.

ROJAS, Sergio. Cites/Sites of Violence: Convulsions of Sense and Official Routines. In: RICHARD, N.; QUESTER, T.; WEST-DURÁN, A. (Eds.). *Cultural Residues: Chile in Transition*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004. p. 15–29.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória e ditadura militar: lembrando as violações de direitos humanos. *Tempo Social*, v. 33, n. 2, p. 289–309, 2021. Disponível em: <https://www>.



revistas.usp.br/ts/article/view/177990. Acesso em 14 nov. 2022.

SCHINDEL, Estela. Inscribir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano. *Política y cultura*, v. 31, p. 65–87, 2009.

SIKKINK, Kathryn. From Pariah State to Global Protagonist: Argentina and the Struggle for International Human Rights. *Latin American Politics and Society*, v. 50, n. 1, p. 1–29, 2008.

SIROHI, Rahul A.; BHUPATIRAJU, Samyukta. *Reassessing the Pink Tide: lessons from Brazil and Venezuela*. Singapura: Springer Singapore Pte. Limited, 2021

TORRES, Sergio Gabriel; BRIZZIO, Cecilia. *ESMA: la investigación judicial*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires - EUDEBA, 2021.

VILLA GRIMALDI. “Parque por la Paz Villa Grimaldi (brochura).”

VIOLI, P. Trauma Site Museums and Politics of Memory: Tuol Sleng, Villa Grimaldi and the Bologna Ustica Museum. *Theory, Culture & Society*, v. 29, n. 1, p. 36–75, jan. 2012.

Recebido em 21/06/2022

Aprovado em 15/11/2022